



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/08/2023 a 31/08/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/17

123.2023 Sessão Ordinária - CD 01/08/2023-18:40

Publ.: DCD - 8/2/2023 - Marussa Boldrin-MDB -GO

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Visita da oradora a Municípios do Estado de Goiás. Outorga à Parlamentar da Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera. Aperfeiçoamento pelo Senado Federal da proposta governamental de reforma tributária.

A SRA. MARUSSA BOLDRIN (Bloco/MDB - GO. Sem revisão da oradora.)

- Presidente, volto às sessões, no mês de agosto, agradecendo ao Estado de Goiás por toda a caminhada que fizemos durante esse recesso da Câmara, quando percorri vários Municípios. Faltaram alguns, mas andamos pelos quatro cantos do Estado para poder concretizar tudo o que dissemos na campanha. Eu disse que seria esta Deputada municipalista, assim como fiz no primeiro semestre. As agendas aqui em Brasília tomam muito do nosso tempo, há muita demanda e muito trabalho aqui também. Nesse recesso, nós percorremos o nosso Estado de Goiás.

Abrilhantou-nos o nosso Governador Ronaldo Caiado com a Comenda da Ordem do Mérito Anhanguera na cidade de Goiás, onde toda a história do nosso Estado começou. Eu tive o privilégio de ser uma das homenageadas. Foi reconhecido esse trabalho.

Agora, no segundo semestre, ainda há muito trabalho pela frente, junto com os nossos parceiros lá nos Municípios e aqui em Brasília, onde temos pautas importantes. A reforma tributária foi amplamente discutida hoje na Frente Parlamentar da Agropecuária — FPA. É importante aprimorar o texto no Senado, melhorá-lo para o setor da agricultura e também para os outros setores, para que sejam beneficiados. Esse é o nosso trabalho e o que pretendemos sempre fazer pelo nosso Estado de Goiás e, consequentemente, pelo nosso Brasil.

Contem com a Deputada Federal Marussa Boldrin para que possamos ser a voz e a vez no Parlamento brasileiro, ser uma das nossas 17 representantes do Estado de Goiás que honra as nossas bases, que faz o nosso trabalho com muito

diálogo, muita comunicação, porque não adianta vivermos dentro de uma bolha e achar que estamos fazendo o correto. Nós precisamos sair dali, seguir em frente, conversar, para que possamos ter os nossos pleitos atendidos.

Obrigada.

Documento 2/17

125.2023	Sessão Ordinária - CD	02/08/2023-17:36
Publ.: DCD - 8/3/2023 -	Jack Rocha-PT -ES	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Redução dos preços de combustíveis e dos componentes da cesta básica. Efetivação do primeiro carregamento de lítio verde no Estado do Espírito Santo. Defesa de redução da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, pelo Banco Central do Brasil.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

Eu quero dizer algo para o povo brasileiro que está nos acompanhando hoje: com certeza, vocês já começaram a sentir a melhora na vida de vocês, com o preço da cesta básica e do combustível caindo, a volta de uma política de investimento que leva em consideração a valorização dos territórios dos pequenos e médios Municípios e uma preocupação sobre o rearranjo da neoindustrialização do País.

Eu digo isso porque, lá no meu Estado do Espírito Santo, nós efetivamos, na semana passada, o primeiro carregamento de lítio verde do Brasil, embarcado no Porto de Vitória. Isso significa, efetivamente, a valorização da economia verde, com a parceria público-privada.

Agora, o que nós não podemos admitir, durante este período, é a taxa de juros que o Campos Neto insiste em manter, colocando o povo brasileiro subserviente a uma política que foi derrotada nas urnas. Não foi isso que o povo brasileiro escolheu. Nós escolhemos uma política de desenvolvimento, com diálogo, com uma frente ampla, que leva em consideração, principalmente, as nossas riquezas, produzidas a partir dos trabalhadores.

Portanto, a redução da taxa de juros neste momento é fundamental. Esta Casa tem dado respostas efetivas. Aprovamos aqui a reforma tributária, o arcabouço fiscal. Daqui a pouco vem a LDO, vem a LOA, vem o PPA para os próximos

anos. Os Ministros e Ministras têm rodado o Brasil, em permanente diálogo, para fazer perguntas e para efetivar as ideias do que serão os próximos anos.

Não podemos mais admitir o Campos Neto provando que não existe independência do Banco Central enquanto esse mesmo Banco Central estiver servindo aos interesses rentistas.

Portanto, Sr. Presidente, nobres colegas desta Casa, eu digo: fora Campos Neto! Abaixo a taxa de juros!

Com certeza, as políticas definidas aqui vão determinar a melhoria da vida do povo.

Aprovamos, recentemente, a política do PPA, o Plano Safra, enfim, políticas públicas importantes de mudança na vida das pessoas. O povo sabe que pode confiar no Governo do Lula, que pode confiar na bancada e nas propostas que estão sendo votadas aqui para a melhoria da vida da população brasileira.

Então, no dia de hoje, a manutenção dessa taxa de juros, ou a pequena redução de 0,25%, é uma afronta ao que vem sendo feito e aos esforços concentrados desta Casa e também do povo, que não quer essa taxa exorbitante, que é a maior taxa de juros do planeta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 3/17

125.2023 Sessão Ordinária - CD 02/08/2023-20:12
Publ.: DCD - 8/3/2023 - Luiz Philippe de Orleans e Bragança-PL -SP
ORDEM DO DIA PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Consequências do novo pacote tributário sobre a classe média brasileira. Disposição do orador para debate de novo modelo econômico com os Parlamentares e o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O SR. LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA (PL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo desconhece completamente meios de formar um ecossistema positivo para a criação de riqueza e para a sustentação dessa riqueza dentro do País. Já violou a questão tributária, já sinalizou que quer gastar mais e tributar mais. Como Câmara, perdemos brutalmente esse combate. Não houve debate, fomos atropelados. Apequenou cada um dos Deputados, até mesmo os da base, que eu gostaria de

escutar e com quem eu gostaria de debater. Não tivemos esse privilégio.

Agora vem a discussão de um novo pacotão de reforma tributária, para atingir os grandes e poderosos, as grandes fortunas, para tributar os altos salários, os dividendos, para, de fato, fazer justiça social contra esses grandes oligarcas que dominam opressivamente a população brasileira. Não é essa a narrativa? Mas quem é o idiota de grande fortuna que ainda está no Brasil? Já foram todos embora, já há estruturas legais que os protegem, e muitos deles ajudaram o Governo em sua eleição.

Esse novo pacotão vai atingir a classe média. Dizem que esse novo pacotão vai taxar grandes fortunas. O que é grande fortuna? O que é alto salário? Vamos definir isso. É só ver as definições que se percebe que estão atacando a classe média, porque é o que sobrou. O País se tornou hostil contra novos investimentos, contra novos executivos, que poderiam vir para cá, tornou-se hostil contra talentos novos, que poderiam produzir, empreender, empregar, oferecer melhores salários, acumular renda, acumular patrimônio aqui no Brasil. O País está se tornando hostil a essa classe e vai se tornar rapidamente uma Venezuela, onde há um poder central e todo-poderoso, comandado por um ditador narcotraficante, e uma população igual e pobre, sem nenhuma classe média, sem o poder aquisitivo da classe média.

O Governo não sabe criar um ecossistema positivo. Há trilhões de dólares com ampla capacidade de financiamento, com baixos juros, flutuando no mercado internacional. E este Governo busca o dinheiro mais caro, mais sofrido, que é o dinheiro do povo brasileiro para financiar suas gastanças.

Meus colegas Deputados, Governo, Ministro Haddad, eu gostaria de debater com os senhores exatamente o modelo diferenciado de liberalização e criação desse ecossistema econômico que eu tanto cito aqui, para que passemos a buscar esses de fora para financiar os gastos que este Governo quer fazer, que é o modelo positivo, e não tributar mais as famílias brasileiras. A classe média brasileira agradece. Ela precisa ser forte, ela precisa ser rica, ela precisa acumular renda e propriedade, para nos tornarmos líderes mundiais. É isso que está em jogo agora. O próximo *round* se avizinha.

Obrigado, colegas.

Obrigado, Presidente.

Documento 4/17

126.2023

Publ.: DCD - 8/4/2023 - Bohn Gass-PT -RS

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sessão Ordinária - CD

03/08/2023-10:12

Sumário

Balanço dos 6 primeiros meses do Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa de redução da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, pelo Banco Central do Brasil. Retomada do Programa Bolsa Família; do Programa Minha Casa, Minha Vida; do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Reposicionamento do Brasil na geopolítica mundial. Desafios impostos ao governo petista no segundo semestre de 2023.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Sem revisão do orador.) - Deputado Pompeo de Mattos, que bom ver V.Exa. presidindo os trabalhos. Saúdo todos os colegas Deputados.

Nós chegamos ao final do primeiro semestre, e a pergunta que devemos fazer é a seguinte: valeu a pena eleger o Lula Presidente? Valeu a pena, como o povo diz por aí, "fazer o L"? Eu quero dizer para vocês que valeu, e valeu muito. E aqui não é uma opinião minha, são os fatos, são os dados, são os números que provam que o Brasil está saindo do atraso, da destruição que foi feita. Estamos, como diz o Lula, unindo e reconstruindo o País. A única coisa ruim que aconteceu nesse primeiro semestre não foi feita por nós. Foi aquela tentativa de golpe no dia 8 de janeiro, a depredação que foi feita pelo bolsonarismo. Sobre isso eu só tenho uma coisa a dizer: ninguém que fez aquele ato de vandalismo, aquele golpe, ficará impune — ninguém! Isso é coisa de bandido. E lugar de bandido é na cadeia.

Eu quero falar das coisas boas, e não das coisas ruins que eles fizeram, porque não tenho tempo para isso neste espaço aqui. Eu quero falar que o Brasil voltou com o salário mínimo reajustado acima da inflação e o maior Plano Safra da nossa história. Nas universidades, não é preciso fazer vaquinha para comprar papel higiênico. Há dinheiro de novo alocado nas universidades. O valor das bolsas dos estudantes foi reajustado. Houve o fim do boicote à cultura. Voltou a vacina do SUS. Voltou a ciência, contra o negacionismo. Agora temos proteção às mulheres e à população LGBTQIAPN+. Voltou a valorização da negritude e dos indígenas. O PIB voltou a crescer. Precisamos só aumentar mais ainda a queda dos juros. Os juros têm que cair mais. Não podem cair só 0,5%, como ocorreu ontem. O Brasil precisa voltar a crescer, e o Lula e o Haddad estão conduzindo a economia deste País.

O Programa Bolsa Família voltou revigorado. Há renda básica. A questão ambiental, Deputado Airton Faleiro, voltou com força neste País, assim como o Programa Minha Casa, Minha Vida. É o sonho da casa própria. Voltaram o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA, a compra de alimentos da agricultura familiar, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, que é a alimentação para as nossas crianças das escolas. Também foi restabelecida a relação republicana com os Governadores e os Prefeitos. O mundo está respeitando o Lula. O Lula tem respeitabilidade perante o mundo.

Reposicionamos o Brasil na geopolítica mundial. Tiramos o povo da situação de miserabilidade. A economia começa a crescer.

E, para concluir, Presidente, cito os desafios do segundo semestre. O bolsonarismo continua mentindo, continua com *fake news*. Então, tem que haver a regulamentação de *fake news*. Continua a haver milícia e violência.

Além de controlar e regulamentar as mentiras, as *fake news*, nós precisamos ter qualidade de vida para o nosso povo: é menos arma e mais livro. O bolsonarismo em São Paulo faz o contrário: é mais arma para matar e menos livro. Esse é o exemplo do bolsonarismo: violência sem livro. Para nós, é paz com o livro e com a cultura. O povo não precisa pagar o imposto. Quem tem que pagar imposto são os ricos. Por isso, também temos que continuar com a reforma tributária.

Obrigado, Presidente.

Documento 5/17

126.2023	Sessão Ordinária - CD	03/08/2023-10:16
Publ.: DCD - 8/4/2023 -	Sidney Leite-PSD -AM	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM
		DISCURSO

Sumário

Interferência direta do Parlamento brasileiro na queda das taxas de juros e na melhoria do rating da economia nacional. Necessidade de votação do Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023, acerca da instituição do regime fiscal sustentável para garantia da estabilidade macroeconômica do País; e da criação de condições adequadas ao crescimento socioeconômico, nos termos do disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022, (novo arcabouço fiscal). Marco histórico da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional. Alcance social da Medida Provisória nº 1.176, de 2023, a respeito da instituição do Programa Emergencial de Renegociação de Dívidas de Pessoas Físicas Inadimplentes - Desenrola Brasil, e a alteração da Lei nº 12.087, de 2009. Importância do papel desenvolvido pelo Parlamento brasileiro no processo de crescimento econômico, no combate às desigualdades sociais e na garantia do Estado Democrático de Direito.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V.Exa., porque está apagando e acendendo as luzes do plenário. Parabenizo-o pela sua determinação, pela sua paciência e pela busca de harmonia deste Parlamento.



Segundo, eu quero dizer o seguinte: quem sou eu para dizer isso, mas eu entendo que alguns colegas ainda não leram o Regimento e o termo de posse, porque temos ouvido alguns pronunciamentos contra este Parlamento e este Congresso tratando de falta de iniciativa. O respeito à harmonia entre os Poderes e à não usurpação dos Poderes não significa incompetência ou falta de atuação deste Parlamento. Então, é bom revermos isso nesse sentido, porque entendo que este Parlamento é importante.

O Parlamento é tão importante, Deputada Bia Kicis, que nós temos interferência direta na queda dos juros, que nós temos interferência direta na melhora do *rating* da economia deste País. É tão importante que foi este Parlamento que cobrou a questão da previsibilidade fiscal. Entendemos a importância do investimento na educação e na saúde, mas nós não podemos abrir mão da previsibilidade fiscal.

Faz-se necessário que a Câmara vote o arcabouço fiscal. É um marco histórico que, depois de 30 anos, tenhamos votado a reforma tributária, que garante a simplificação tributária, a transparência e a melhoria de investimento e a segurança jurídica para os negócios neste País.

Faz-se também necessário reconhecer a importância de programas adotados pelo Ministério da Fazenda, pelo Ministro Haddad, como o Desenrola, que em 5 dias limpou 2 milhões de CPFs. E não é só essa queda tímida de juros de 0,5%. Os patamares de inflação no Brasil não merecem ter a carga de juro mais alta do planeta. Com isso, será possível gerar emprego e renda, retomar a capacidade de consumo da população brasileira, melhorar a qualidade de vida da nossa gente, do nosso povo, e diminuir a desigualdade social.

Então é importante, sim, o papel deste Parlamento, e eu me orgulho de fazer parte do Congresso Nacional como um Deputado que vem da Amazônia e entende as desigualdades regionais. É importante que nós continuemos trabalhando e não abrindo mão do papel e da importância que este Parlamento tem para o desenvolvimento econômico, para combater as desigualdades sociais, mas, acima de tudo, para garantir o Estado Democrático de Direito.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero parabenizar todos os colegas Parlamentares, da Câmara e do Senado, por esse compromisso com o Brasil, por dar a sua contribuição neste Parlamento, porque o avanço na economia, a melhoria na geração de emprego e renda e a melhoria do ambiente de negócios para investimentos neste País não são pauta nem de direita nem de esquerda, mas pauta prioritária para quem quer trabalhar, quer investir e quer ter o direito de sobreviver com o fruto do suor do seu trabalho.

Portanto, é importante destacar o papel deste Parlamento, que é uma vitória de todos nós, e entendo que a decisão do Banco Central é fruto da pressão deste Parlamento, do setor produtivo e da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, solicito que a minha fala seja divulgada nos canais de

comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 6/17

126.2023

Sessão Ordinária - CD

03/08/2023-11:32

Publ.: DCD - 8/4/2023 - Reginaldo Lopes-PT -MG

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Redução da taxa básica de juros, a taxa SELIC, em 0,5% pelo Comitê de Política Monetária - COPOM do Banco Central do Brasil. Contribuição do Parlamento brasileiro para a redução dos juros bancários.

O SR. REGINALDO LOPES (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente Pompeo de Mattos, é uma alegria enorme ser presidido por V.Exa.

Quero registrar a decisão acertada do COPOM em relação à SELIC, a taxa básica de juros do País. De fato, o Brasil tem todos os pressupostos econômicos. O Governo do Presidente Lula fez o dever de casa, o Ministro Fernando Haddad atuou fortemente, e nós conseguimos dar previsibilidade e estabilidade fiscal e social à nossa economia.

Eu acho que a redução de 0,5% até poderia ser de 1%, porque os juros futuros já estão abaixo de 9% no mercado, mas este é um bom início, que traz uma trajetória de queda dos juros que vai permitir ao Brasil voltar a investir, porque o País é o único lugar em que a taxa de juros é superior à taxa de retorno dos empreendimentos. Isso inviabiliza a Nação de crescer, inviabiliza a economia real, a economia de fato. Portanto, eu quero dizer que isso é um bom sinal para o País, e nós vamos continuar trabalhando.

O Parlamento deu uma grande contribuição para a redução dos juros, ao votar matérias importantes, como o CARF; a nova regra de sustentabilidade fiscal do País, que dá mais previsibilidade e confiança à nossa economia; e, em especial, a reforma tributária. A reforma tributária apresenta as condições objetivas para uma maior redução dos juros e cria um ambiente para novos investimentos.

Sigamos juntos pela redução dos juros, juros justos para a economia voltar a crescer e a gerar emprego, renda e oportunidades para o povo brasileiro!

Muito obrigado.

Documento 7/17

126.2023 Sessão Ordinária - CD 03/08/2023-11:40

Publ.: DCD - 8/4/2023 - Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aperfeiçoamento do presidencialismo brasileiro. Realização da reforma tributária. Apoio à criação do Imposto sobre Valor Agregado - IVA.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)

- Muito obrigado, Sr. Presidente Pompeo de Mattos, que preside mais uma vez a sessão da Câmara dos Deputados do Brasil, representante do grande, forte e potente Estado do Rio Grande do Sul. É uma honra muito grande falar nesta quinta-feira aqui na Câmara de Deputados sobre o Parlamento brasileiro.

Ao longo da minha vida pública, tenho refletido, pensado e discutido a força do Parlamento brasileiro perante o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Os Parlamentos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento são muito mais fortes, muito mais atuantes do que o Parlamento brasileiro por uma razão muito simples: no Parlamento desses países, de 170 países do mundo, o presidencialismo coabita com o parlamentarismo, é o semipresidencialismo.

Parlamento forte só vai acontecer no momento em que o Brasil aprovar uma proposta de emenda à Constituição que aperfeiçoe o presidencialismo brasileiro, que é caótico, é o mais caótico sistema presidencialismo do mundo, em que o Presidente da República é Chefe de Estado e Chefe de Governo. É óbvio que o ex-Presidente e o atual Presidente não dão conta do recado. É um encargo sobre-humano para uma pessoa.

Por isso, os países desenvolveram, aperfeiçoaram o regime presidencialista, fazendo com que houvesse um gabinete de Ministro indicado pelo Presidente da República. O Presidente da República é eleito, indica um Primeiro-Ministro e ele escolhe os seus Ministros e governa com o Parlamento. No Parlamento canadense, no Parlamento inglês, no Parlamento francês, no Parlamento português, o Primeiro-Ministro vai com seus Ministros duas vezes por semana ao Parlamento prestar contas — prestar contas no plenário. Quando nós vimos isso?

Precisamos do fortalecimento do presidencialismo e da democracia brasileira, representativa, através dos Deputados e Deputados eleitos diretamente pelo povo brasileiro. É disto que nós precisamos, Sr. Presidente: de uma grande mudança de paradigma.

Esta será a segunda grande agenda de 2023. A Câmara dos Deputados já se desincumbiu da primeira, que é a reforma econômica liberal mais importante do século XXI e do século XX: fazer com que os impostos nunca mais fiquem nas mãos das empresas, dos empresários, nem dos governos — o imposto é sagrado, ele é pago pela população brasileira e embutido nos preços de bens e serviços; fazer, principalmente, uma reforma na base de consumo, com a criação do IVA 5.0.

Este IVA 5.0 é a evolução da tecnologia que permite ao Estado brasileiro romper com o velho modelo de cobrança analógica de tributos, ou seja, o imposto não precisa mais ser declaratório, como é hoje — ICMS, IPI, PIS, COFINS. Fazer a escrita, fazer o boleto de pagamento do imposto? Não, isso não é preciso.

O sistema eletrônico bolado pelo grande engenheiro do ITA, Miguel Abuhab, rompe esse paradigma, meu caro Presidente Pompeo, e institui a cobrança automática. Assim, da mesma forma que a conta está paga quando passamos o cartão de crédito, ou fazemos um Pix, uma TED, um DOC, o Miguel Aduhab bolou um sistema.

O Brasil tem uma nota fiscal eletrônica de Primeiro Mundo, robusta, forte! Agora mesmo, o Congresso aprovou o Nota Brasil. O Brasil tem um sistema financeiro bancário robusto, forte. Por que não unir os dois com tecnologia e fazer a cobrança automática em tempo real? O que ganha o Brasil com isto? Tudo. Acaba com a guerra fiscal interestadual; acaba com as renúncias fiscais; acaba com a inadimplência; acaba com o custo burocrático; combate tenazmente a sonegação; e diminui os custos para o consumidor. O consumidor vai pagar um imposto muito menor do que paga hoje — no meu cálculo, de 20% a 30% menor do que paga hoje. E é isso que nós estamos defendendo.

Nos próximos dias, vou fazer outros pronunciamentos sobre grandes temas que o Parlamento brasileiro precisa desenvolver nos próximos anos, para o futuro.

O tempo passa. O senhor está aqui há tanto tempo quanto eu. Precisamos fazer grandes mudanças. O Parlamento tem que ser permanentemente reformista. O Brasil tem que ser reformista, até chegar ao nível de Primeiro Mundo. Eu tenho a certeza de que a mudança tributária e a mudança do aperfeiçoamento do presidencialismo vão ajudar o Brasil do futuro a ser muito melhor do que hoje.

Que Deus abençoe o Brasil e o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Pompeo de Mattos. Bloco/PDT - RS) - Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Hauly. V.Exa. sempre com manifestações de olhar para o horizonte, de olhar para o futuro, de olhar para frente. Não temos que caminhar olhando para a direita nem olhando para a esquerda. Não temos de olhar nem para um nem para outro lado. Temos de andar olhando para frente, porque é para lá que se vai!



O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR) - E olhar para o povo brasileiro sofrido! É isso mesmo!

Eu ouvi o pronunciamento de V.Exa. Parabéns! Sempre na mesma linha, estamos em sintonia, muito afinados!

Documento 8/17

132.2023 Sessão Ordinária - CD 08/08/2023-14:04

Publ.: DCD - 8/9/2023 - Márcio Correa-MDB -GO

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos familiares, a servidores públicos e aos eleitores do Estado de Goiás, sobretudo aos anapolinos, pela assunção do mandato parlamentar. Conciliação entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico, notadamente do setor agropecuário. Correção de distorções da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reforma tributária, aprovada pela Câmara dos Deputados.

O SR. MÁRCIO CORREA (Bloco/MDB - GO. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde, colegas.

É com um sentimento de alegria, mas também de muita gratidão, que eu subo a esta tribuna. Sou grato, em primeiro lugar, a Deus, e depois a minha família, a meus pais, que são servidores públicos aposentados, o que conquistaram através do concurso público. E eu hoje tenho a missão de servir ao público, ser um servidor público, o que conquistei através do voto.

Quero cumprimentar minha esposa, que se faz presente, meus filhos e, de uma maneira muito especial, todos os 60 mil goianos que me confiaram o voto, sobretudo os anapolinos, que me permitiram ser o mais votado da cidade.

Quando eu fui disputar, agora, a minha primeira eleição para o Legislativo, pedi a Deus sabedoria e discernimento, em função do momento de crise institucional, política e moral que nós vivemos. E, mais que me permitisse levar uma palavra de esperança para o povo brasileiro, pedi a Deus que me desse sabedoria para levar uma palavra que de fato pudesse impactar a vida das pessoas, porque não é compreensível, meus caros colegas, nós vivermos neste País que é celeiro do mundo, o maior exportador mundial de proteína bovina, um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mas esse alimento não

chegar à boca de milhares de brasileiros.

Nós vivemos num País considerado pelo Banco Mundial, no *ranking Doing Business*, um dos mais burocráticos do mundo. Por outro lado, temos 40% da nossa mão de obra na informalidade.

Não é compreensível isso num país tão rico ambientalmente, com o meio ambiente sendo o centro das discussões no mundo. Hoje existem soluções ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis para todos os tipos de problemas ambientais, mas faltam soluções políticas. E esta Casa tem o dever de dar um rumo, de oferecer novos caminhos e uma nova forma de lidar com o meio ambiente.

Não faz sentido, não é compreensível pertermos essa grande oportunidade, porque o grande gargalo para aumentar a produtividade do nosso País é a reforma tributária. E nós tivemos essa oportunidade aqui, nesta Casa, de tratar de uma reforma que é discutida há décadas, mas ela veio cheia de exceções, de penduricalhos, com quebra do pacto federativo. Ela deixa as obrigações e as competências para os Estados e os Municípios, mas quer deixar o recurso todo aqui em Brasília.

É muito claro, colegas, o projeto de poder nesse grupo que aí está. Vão retirar os incentivos fiscais, mas não trazem uma compensação para a mão de obra nas regiões subdesenvolvidas.

Eu moro na cidade de Anápolis, referência no polo farmacoquímico. Montadoras automobilísticas foram para lá à base dos incentivos. Que motivação haverá para essas empresas que geram milhares de empregos nessas regiões? A reforma traz um texto sem a clareza sobre qual tributo o setor produtivo vai pagar e tem uma visão equivocada dos gastos públicos em relação à restrição orçamentária. Aumentam os gastos e querem, mais uma vez, na oportunidade que temos de trazer um ciclo virtuoso para o País, um novo ciclo de desenvolvimento, trazer uma reforma tributária que não tem segurança jurídica.

Quero aqui deixar o meu compromisso. Não sei o tempo que está reservado para mim nesta Casa, mas, acima de interesses políticos, pessoais ou partidários, defenderei aquilo em que eu acredito, defenderei meus valores e princípios, que são inegociáveis.

Quero, mais uma vez, agradecer ao povo goiano e dizer que vocês terão um Deputado atuante.

Que Deus abençoe a minha cidade de Anápolis, o Estado de Goiás e a nossa Nação!

Um forte abraço!

Documento 9/17

132.2023

Sessão Ordinária - CD

08/08/2023-15:48

Publ.: DCD - 8/9/2023 - Luiz Carlos Hauly-PODE -PR

BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do 29º aniversário de criação do Plano Real. Importância do papel das reformas trabalhista e previdenciária e do Plano Real no processo de reestruturação da economia brasileira. Aperfeiçoamento, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre a reformulação do Sistema Tributário Nacional, aprovada pela Câmara dos Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente Charles Fernandes, Sras. e Srs. Parlamentares, quero nesta oportunidade comemorar os 29 anos do Plano Real.

Em janeiro de 1994, foi criado o Plano Real, e, em 1º de julho de 1994, foi criada a moeda Real, que eliminou, que acabou, que extinguiu aquela inflação galopante de milhares, de milhões, de bilhões, de trilhões de inflação. Foram períodos de 20 anos, 30 anos, 40 anos de inflação crônica, que matava o poder de compra dos trabalhadores. Havia uma expressão nas nossas cartilhas do Pedroso Horta, que dizia que enquanto os salários subiam pelas escadas, os preços subiam pelos elevadores. Isto marcou a época da inflação.

Veio o Plano Real, veio a estabilidade econômica, com Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Persio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha, e o Brasil passou a viver uma nova era econômica de estabilidade inflacionária.

Hoje, quando se fala em inflação de 5%, 6% ao ano, todos reclamam, com justa razão. Quando ela atinge 8%, 9%, a reclamação é muito maior, porque nós, que vivemos a era do período inflacionário, de ter inflação de 30% a 40% ao mês, sabemos quanto isso custou para o povo trabalhador brasileiro.

Veio a reforma da moeda, veio a reforma trabalhista, a previdenciária, mas a tributária está até hoje esperando. São 29 anos — e eu estou aqui desde aquele período, um pouco antes — lutando pela reforma tributária, que é a mãe de todas essas reformas.

O Plano Real, a reforma previdenciária e a reforma trabalhista são partes importantes da grande reestruturação da economia. O sistema tributário é a peça central da engrenagem da economia de mercado, do capitalismo, do liberalismo. Sem um bom sistema, a economia não funciona. Por isso, há 40



anos, o Brasil cresce a 2%, enquanto nossos concorrentes crescem a 6%, 7% ao ano. Nos últimos 10 anos, tivemos crescimento zero. O Brasil precisa se libertar desse grilhão do pior sistema tributário do mundo.

Ela está lá no Senado. É necessário fazer algumas correções, como a eliminação do art. 20. Após a aprovação da PEC 45 no Senado, deve-se fazer com que venha a lei complementar regulamentadora. Com isso, nós vamos fazer a proteção da micro e pequena empresa, vamos fazer com que o sistema seja implantado.

Por gentileza, solicito mais um tempo, Excelência.

Devemos fazer com que o sistema tributário brasileiro saia de 184º pior do mundo, Deputado Edinho Bez, para estar entre os dez melhores do mundo.

Nós preconizamos um sistema tributário todo eletrônico, onde nenhum contador, nenhuma empresa ou nenhum empresário ponha a mão no imposto a pagar. Ele será retido no ato do pagamento da compra, e nenhum Governador, nenhum Prefeito, nem o Presidente da República, nem a Receita colocarão a mão no dinheiro. É isto o que nós estamos defendendo: a partilha automática.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 10/17

132.2023

Sessão Ordinária - CD

08/08/2023-15:56

Publ.: DCD - 8/9/2023 - Charles Fernandes-PSD -BA

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Repúdio à proposta de criação da Frente Sul-Sudeste em oposição aos Estados das Regiões Norte e Nordeste, apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.)

- Obrigado, Deputado Jones Moura, do PSD do Estado do Rio de Janeiro, nosso colega de partido.

Presidente, durante a semana que se passou, o Brasil, em particular o Nordeste brasileiro e a Bahia, ficou mais uma vez chocado com a fala do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, em que mais uma vez atacou o Nordeste brasileiro, uma fala que estimula o ódio, com o argumento de defender



interesses do Sul e do Sudeste.

É claro que é legítimo o Governador defender os interesses do seu Estado, da sua região, mas nós estamos vivendo um momento de discussão no nosso País, de aprovação de reformas importantes — algumas já aconteceram no primeiro semestre, outras nós vamos discutir agora, neste segundo semestre —, reformas importantíssimas para o nosso País.

A Bahia faz divisa com o Estado de Minas Gerais em vários pontos. A cidade onde eu moro, Guanambi, está a pouco mais de 50 minutos do Estado de Minas Gerais. Na cidade de Espinosa, onde há um povo amigo, na divisa com o Município de Urandi, na Barragem Cova da Mandioca, plantam juntos mineiros e baianos, cultivando a agricultura familiar, produzindo, de forma harmoniosa, os mineiros da cidade de Espinosa e os baianos da cidade de Urandi.

Nós estamos discutindo a reforma tributária e outras reformas aqui nesta Casa. É importante dizer da discussão dessa divisão do nosso bolo tributário entre os Estados. Mas o pronunciamento desse Governador mostra um desrespeito total aos Estados do Nordeste e do Norte do País.

Eu digo aqui, Deputada Lídice da Mata, que o Governador Zema tem negócios na minha cidade, Guanambi, e em tantas outras cidades da Bahia. Certamente, a população do Estado de Minas Gerais deve estar envergonhada com as palavras desse Governador neste momento, repito, em que o País está andando a passos largos diante de tudo aquilo que foi discutido e aprovado aqui no primeiro semestre, não só pela bancada da Situação, mas também por muitos da Oposição, que entenderam da importância dessas reformas.

Governador Zema, o senhor tem que fazer um pronunciamento, para que possa respeitar os Estados do Nordeste e o povo brasileiro! O senhor foi muito infeliz com essa fala! Sua fala, de forma odiosa, não vem em momento algum ajudar o nosso País neste momento.

É lamentável! Um dos Estados mais importantes, com a terceira maior população do País — vou concluir em 30 segundos, nobre Presidente Jones —, o Estado de Minas Gerais vê o que esse Governador falou na última semana.

Nós, da Bahia e do Nordeste brasileiro, muitas vezes, fomos odiados pelos trabalhadores do corte de cana lá nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Mas isso, tempos atrás, Governador Zema. Nós repudiamos a sua fala!

Obrigado, nobre Presidente.



135.2023

Sessão Ordinária - CD

10/08/2023-10:32

Publ.: DCD - 8/11/2023 - Abilio Brunini-PL -MT

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Não manifestação da Esquerda sobre o contingenciamento de recursos das áreas educação e saúde e a não implementação do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem. Vínculo entre a concentração de poderes pelo Presidente Arthur Lira e a aprovação de pautas do governo petista. Desprestígio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente.

Obrigado, Deputado Cabo Gilberto, amigo do Deputado Wellington Roberto.

Muito me surpreende vir a Esquerda aqui atacar políticos e Deputados de direita, reclamando de seus direitos. Muito me surpreende isso. O Lula bloqueou 1,5 bilhão de reais da saúde e da educação, e não vi nenhum Deputado de esquerda se manifestando sobre isso. Cadê os Deputados de esquerda se manifestando sobre o piso da enfermagem? Parece que acabou o problema do piso da enfermagem. Não vejo mais nenhum Deputado da Esquerda, do PT, do PSOL, defendendo a enfermagem. O Lula perdeu o domínio de seu Governo, loteou praticamente tudo. Não vejo a Esquerda reclamando dos seus fatores ideológicos.

Eu vou falar mais ou menos como está o Congresso. Existem aproximadamente 120 Deputados de direita e 120 Deputados de esquerda, e existe o Centro, que é composto por mais de 200 Deputados.

Quando a pauta é de governo, quando a pauta é de gestão ou aumento de arrecadação, o Governo faz um trabalho com as emendas, que antes era chamado de orçamento secreto, conquista esse Centro mais à Esquerda e aprova a reforma tributária, o arcabouço fiscal, a retirada de poderes da Marina Silva e da Ministra dos Povos Indígenas, passando esses poderes para o Fávaro. Quando a pauta é moral, conservadora, não adianta mandar Pix, o Centro vota com a Direita. Nenhuma pauta de valor moral passa. Mas não conseguimos frear as pautas de gestão.

Contudo, é importante, você brasileiro, prestar atenção. Não se sinta ameaçado, não abaixe a cabeça, porque eles também não venceram. Quem venceu? O Centro. O Congresso, hoje, manda praticamente no País. A Câmara Federal manda nos Ministérios, arranca o Ministro do Lula, traz quem quiser, e o Presidente Arthur Lira tem mais poder hoje do que já teve.

O Lula não...

(Desligamento do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Erika Kokay. Bloco/PT - DF) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) - O Lula não comanda o País. O Lula não comanda seus Ministérios. O Lula não tem mais o poder de decisão. O Lula é uma figura folclórica no cenário brasileiro, que pega o dinheiro do povo para fazer turismo com a sua esposa, da forma mais cara possível, no AeroJanja.

Documento 12/17

135.2023 Sessão Ordinária - CD 10/08/2023-10:44

Publ.: DCD - 8/11/2023 - Pompeo de Mattos-PDT -RS

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Pedido aos Parlamentares de aprovação do Projeto de Lei nº 3.798, de 2023, de autoria do orador, a respeito da classificação do vinho como alimento natural. Apoio ao Projeto de Lei nº 334, de 2023, referente à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de setores econômicos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero pedir apoio aos meus pares, para que nós possamos votar e, via de consequência, aprovar o projeto de lei que apresentei nesta Casa, PL 3.798/23, que classifica o vinho como alimento natural.

Nós sabemos que temos a reforma fiscal, a reforma tributária, e ali há vários produtos que serão tributados a mais, com o chamado imposto do pecado, que são as bebidas, que são os cigarros, que são os jogos. Mas nós queremos excluir das bebidas o vinho. Ele deve ser considerado como alimento, até porque a ciência já diz que ele previne atrite. O vinho, consumido moderadamente, reduz o câncer, auxilia no controle de diabetes, na redução de doenças cerebrais como Alzheimer e de doenças respiratórias, no emagrecimento, melhora a densidade óssea, diminui a degeneração ocular, causa comum da cegueira para os idosos. O vinho, duas taças de vinho por dia,

ou seja, bebido moderadamente, faz bem para a saúde.

O que faz mal para a saúde nossa, do brasileiro, é o imposto sobre o vinho. Nós temos um vinho brasileiro, gaúcho especialmente, de qualidade que compete no MERCOSUL com os do Uruguai, da Argentina, do Chile, que têm vinhos de excelência. O nosso vinho não perde em nada; compete de igual para igual com os deles. Onde nós perdemos? Na tributação, no imposto.

E ninguém gosta de comprar imposto, exportar imposto e importar imposto. Então, os vinhos dos países do MERCOSUL chegam aqui muito mais baratos que o vinho nacional! É mais barato beber um bom vinho do Chile, um bom vinho da Argentina, um bom vinho do Uruguai do que beber um bom vinho gaúcho e brasileiro. Às vezes, um vinho da Argentina, do Uruguai ou do Chile que nem é tão bom entra barato no Brasil, e o consumidor, pelo preço, o prefere.

Então, está na hora de tomarmos uma atitude e transformarmos o vinho em alimento, reconhecermos isso. Essa é a minha proposta. Nós estamos pedindo que ele esteja no rol dos produtos isentos de IPI e na relação de produtos beneficiados com a redução das alíquotas de contribuição do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e sobre a receita bruta da venda no mercado interno.

Sobre o vinho importado não há imposto. Agora, sobre o vinho brasileiro, o vinho gaúcho, há imposto. Então, nós temos que virar essa página. Esta é a minha luta.

Há vários projetos tratando do vinho, mas, para transformá-lo em alimento, o projeto é o nosso. E ele tem uma amplitude, uma magnitude. Eu não estou dizendo que o vinho tem que ter imposto zero. O vinho tem que ter imposto, não o imposto do pecado, o imposto como bebida convencional, mas, sim, o imposto como alimento.

Por outro lado, Presidente, eu quero emprestar o meu apoio incondicional ao projeto da desoneração da folha de pagamento, que é o Projeto de Lei nº 334, de 2023, já aprovado no Senado. Ele, na verdade, renova a desoneração da folha para pelo menos 17 setores da economia. Ele é muito relevante, muito importante, pois alcança os setores de calçados, *call centers*, comunicação, vestuário, confecções, construção civil, construção de obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxteis, transporte metroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo, transporte rodoviário de carga, entre outros setores contemplados pela desoneração da folha de pagamento.

Até o final do ano, isso custará em torno de 10 bilhões de reais aos cofres públicos, sim, mas isso tem muito mais valor do que custo, porque, na essência, implementa emprego, renda e perspectiva de crescimento, e o PIB — Produto Interno Bruto alavanca, se eleva. Ou seja, a desoneração permite que



as empresas paguem de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. A diferença é brutal e fundamental.

Com isso, as empresas vão poder empregar mais, vão melhorar a sua condição econômica, vai diminuir o desemprego, as oportunidades vão surgir, o cidadão e a cidadã poderão ter a oportunidade de emprego, a renda dessas empresas vai melhorar, vai crescer, vão se desenvolver, e o emprego vai vir como consequência.

Eu que sou trabalhista digo que trabalho e capital andam juntos. O trabalho é aquele senhor idoso, sofrido, surrado. O capital é aquele moço jovem, aparente. O idoso não fica com ciúmes do jovem, porque é seu filho, é o capital; e o filho não fica desdenhando daquele senhor idoso, que é o seu pai, ou seja, trabalho e capital são da mesma família e precisam trabalhar juntos, andar juntos para que possa haver emprego para o trabalhador, renda para o empresário e, juntos, possam produzir, elevar a produção nacional, melhorar o PIB, crescer e dar mais qualidade e melhor condição de vida para o nosso povo, para a nossa gente.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 13/17

141.2023

Sessão Ordinária - CD

15/08/2023-14:48

Publ.: DCD - 8/16/2023 - Gilvan da Federal-PL -ES

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Protesto contra o aumento no preço dos combustíveis e contra possível queda na arrecadação dos municípios em face da reforma tributária. Questionamento das ações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como líder político. Crítica à retomada do julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas e a legalização do aborto pelo Supremo Tribunal Federal. Apelo ao Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, pela defesa das prerrogativas do Congresso Nacional contra interferências indevidas do Poder Judiciário. Posicionamento do orador e da população brasileira contrária à legalização das drogas.

O SR. GILVAN DA FEDERAL (PL - ES. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, eu queria saudar as mulheres que estão nas galerias do plenário. Eu não sei o que estão reivindicando, mas sejam bem-vindas ao

Plenário da Câmara dos Deputados.

O ex-presidiário Luiz Inácio Lula da Silva prometeu cerveja e picanha e entrega aumento nos preços dos combustíveis e uma reforma tributária que causa queda na arrecadação dos Municípios. Os Prefeitos já estão desesperados. Muitos estão aqui em Brasília, com medo dessa reforma tributária do dito "pai dos pobres". Não, não, é do "pai da mentira", o maior mentiroso de toda a história do Brasil, para não dizer outra coisa. Todo mundo sabe pelo que ele foi condenado. Então, o "pai da mentira" entrega este desgoverno Lula.

Você que fez o "L" espere aumento de impostos e aumento no preço dos combustíveis. Que saudade do nosso Presidente Jair Bolsonaro! Este é o desgoverno Lula, que tem um Ministro da Justiça que pede bênção ao Comando Vermelho, que tem um Ministro da Economia que mal sabe tocar violão, quanto mais entender de economia. Está aí para quem fez o "L". Que saudade do nosso Presidente Jair Bolsonaro!

Outro absurdo: nesta semana, Ministros do Supremo Tribunal Federal vão voltar ao julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas e, em breve, sobre a legalização do aborto.

Senador Rodrigo Pacheco e Deputado Arthur Lira, esperamos de V.Exas. que defendam a prerrogativa do Parlamento, do Congresso Nacional. Isso tem que ser discutido aqui no Congresso Nacional. O que os Ministros do STF estão fazendo é uma afronta ao povo brasileiro, é uma afronta ao Congresso Nacional! Para que 513 Deputados e 81 Senadores? Nós servimos para quê? Eu estou cansado de andar na rua e ouvir a população me perguntar: "*Vocês não vão fazer nada?*". Isso é competência do Congresso Nacional, é nossa! A matéria desse julgamento do STF tem que ser debatida aqui, tem que ser debatida nas Comissões, tem que ser votada aqui no Plenário. Eu tenho certeza de que essa matéria será reprovada de novo, pelo povo brasileiro e pelo Congresso Nacional, em sua maioria. Eu sei que existem Deputados que, provavelmente, querem a legalização das drogas porque querem fumar o baseado deles, mas eu não quero. Eu não quero isso nem para mim, nem para o meu filho, nem para a minha família, nem para a sua família.

O povo brasileiro é contrário à legalização das drogas, Ministros do STF.

Vamos ver o que vai acontecer. Eu espero que o Congresso Nacional pare de se prostrar, de se ajoelhar perante Ministros do STF.

Deus, Pátria, família e liberdade!

141.2023

Publ.: DCD - 8/16/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Gilson Daniel-PODE -ES

15/08/2023-20:48

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Realização de encontro pela Confederação Nacional de Municípios - CNM, em Brasília, Distrito Federal, destinado ao debate sobre o impacto da reforma tributária nos Municípios brasileiros e sobre a crise financeira de 51% das municipalidades do País em face da queda da receita. Impacto da não liberação de recursos de emendas parlamentares pelo Governo Federal no equilíbrio financeiro de Municípios. Congratulações ao Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, pela mobilização de Prefeito Municipais para o debate de temas relevantes. Necessidade de debate pela Casa do pacto federativo e da destinação de mais recursos aos Municípios brasileiros.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje nós temos aqui em Brasília uma mobilização da Confederação Nacional de Municípios. Mais de 2 mil Prefeitos estão mobilizados para a discussão da reforma tributária, de pontos que impactam diretamente os Municípios brasileiros. A CNM, através do seu Presidente, Paulo Ziulkoski, faz uma brilhante discussão deste tema relevante que é a reforma tributária e os seus impactos nos Municípios brasileiros.

Além da reforma tributária, que está sendo discutida pela Confederação Nacional de Municípios, foi apresentado um relatório da crise financeira por que os Municípios brasileiros estão passando neste momento. Cinquenta e um por cento dos Municípios brasileiros estão no vermelho, ou seja, têm mais despesa do que receita. Esses dados foram apresentados pela Confederação Nacional de Municípios: 51% dos Municípios, ou seja, mais de 2 mil Municípios estão no vermelho, e a CNM vem discutir isso.

Um dos pontos lembrados pela confederação — e eu tive a oportunidade de estar, hoje pela manhã, com muitos Prefeitos capixabas — foi o de que as emendas parlamentares que nós Deputados Federais destinamos impactam diretamente as finanças dos Municípios, e o não pagamento de emendas impositivas por parte do Governo Federal tem impactado diretamente a saúde financeira deles. Recursos não têm chegado, pelas emendas parlamentares, e deles os Prefeitos dependem para políticas de saúde e assistência social, para obras, para pagamento de custeio. Isso tem levado à queda de receita dos Municípios, deixando-os no vermelho, o que os impacta diretamente.

Esse é um registro importante. Parabenizo mais uma vez o Presidente da CNM, o Paulo Ziulkoski, por todo o trabalho que a confederação faz no nosso País para mobilizar os Prefeitos e discutir esse relevante tema, para mostrar ao Brasil que a vida acontece nos Municípios, que é lá que buscamos o atendimento à saúde, à educação e à assistência social, que é lá que é preciso

haver mais recursos. Precisamos discutir o pacto federativo nesta Casa e colocar mais recursos onde a vida acontece, ou seja, nos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez, pela oportunidade.

Documento 15/17

143.2023

Sessão Ordinária - CD

16/08/2023-15:16

Publ.: DCD - 8/17/2023 - Yandra Moura-UNIÃO -SE

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Participação da oradora na mobilização municipalista realizada em Brasília, Distrito Federal, pela Confederação Nacional de Municípios - CNM destinada ao debate sobre o impacto da reforma tributária e a queda da arrecadação das Prefeituras. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2022, sobre o aumento em 1,5% da entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM, a ocorrer no mês de março de cada ano. Elogio à gestão do Prefeito Municipal Edvaldo Nogueira, de Aracaju, Estado de Sergipe. Empenho da bancada sergipana na viabilização de empréstimo para financiamento do projeto Aracaju Cidade do Futuro. Reiteração de compromisso de atuação parlamentar em defesa dos interesses das municipalidades do Estado de Sergipe.

A SRA. YANDRA MOURA (Bloco/UNIÃO - SE. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, a minha vinda a esta tribuna no dia de hoje é para destacar um grande evento que está acontecendo aqui em Brasília durante esta semana: a mobilização municipalista promovida pela CNM. Essa mobilização, que reúne Prefeitas e Prefeitos, entre outras lideranças de todas as regiões do País, trata da queda de arrecadação enfrentada pelos Municípios e da defesa do movimento municipalista, por uma reforma tributária igualitária.

Consciente do peso que essa reforma tem sobre os Estados, mas, principalmente, sobre os Municípios, participei ativamente das reuniões e discussões que aconteceram, até a conclusão do texto final, que foi aprovado aqui, no nosso Plenário da Câmara, e inclusive busquei contribuir para que a redação não deixasse pontos abertos no que diz respeito às questões que envolvem o municipalismo.

É importante frisar que a queda de arrecadação é uma preocupação generalizada. Ouvi isso de absolutamente todas as Prefeitas e de todos os Prefeitos que encontrei esta semana, os quais eu gostaria de parabenizar, por

estarem aqui unidos, defendendo as suas cidades.

É preciso garantir a manutenção das receitas, e, digo mais, ampliar os recursos destinados às cidades, para que as Prefeitas e os Prefeitos tenham condições justas para administrar seus Municípios e oferecer serviços de qualidade para a população.

Inclusive já quero, de antemão, dizer que vou votar a favor e defender com muita intensidade a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2022, que estabelece adicional de 1,5% para o Fundo de Participação dos Municípios, a ser entregue no mês de março de cada ano, com o intuito de enfrentar a pressão fiscal, que só cresce.

Sabemos que é na cidade que a vida acontece, que os problemas surgem, por isso é também lá que mais se precisa de soluções rápidas e viáveis. Então, defender o municipalismo é, antes de mais nada, lutar pela qualidade de vida da nossa gente, seja no interior, seja na capital.

Um exemplo de como a ação do Município é extremamente impactante na vida das pessoas é a minha querida Aracaju, cidade que nos últimos anos virou um grande canteiro de obras, graças à parceria republicana firmada entre o Prefeito da Capital, Edvaldo Nogueira, e o ex-Deputado Federal Andre Moura. Essa parceria é responsável por um momento muito bom para a nossa Capital, que segue avançando estruturalmente. Inclusive quero aproveitar para parabenizar a grande força-tarefa realizada pela bancada sergipana aqui na Capital Federal para viabilizar um empréstimo no valor de 500 milhões de reais para Aracaju. Esse dinheiro vai financiar o projeto Aracaju Cidade do Futuro, que, entre outras ações, vai transformar a infraestrutura da região que chamamos hoje de Zona de Expansão.

Parabéns, Prefeito Edvaldo Nogueira! Nossa população ficará muito feliz com os benefícios que serão levados através dessas obras promissoras.

Por sinal, estive recentemente com o Prefeito Edvaldo e quero destacar nesta banca que é uma honra poder me colocar à disposição para atender o nosso povo aracajuano em suas demandas. Assim tenho feito em praticamente todas as cidades sergipanas. Aproveito para reafirmar que as portas do meu gabinete, o gabinete do povo sergipano, estão sempre abertas às Prefeitas, aos Prefeitos, aos Vereadores, às lideranças e, principalmente, ao povo. Eu tenho compromisso com os Municípios, independentemente do partido da Prefeita ou do Prefeito. Sou municipalista e lutarei sempre para garantir que as pessoas possam viver com dignidade e boas perspectivas em sua cidade.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja registrado nos Anais da Câmara e veiculado nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 16/17

143.2023

Sessão Ordinária - CD

16/08/2023-17:16

Publ.: DCD - 8/17/2023 - Paulo Foleto-PSB -ES

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Reunião da bancada federal capixaba com representantes da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Indústrias do Espírito Santo - FINDES. Participação da indústria espírito-santense na formação do Produto Interno Bruto - PIB. Destinação de recursos financeiros ao Serviço Nacional da Indústria - SENAI, para a formação e qualificação de mão de obra no Espírito Santo. Importância da reforma tributária para a retomada da competitividade da indústria brasileira. Reindustrialização do País. Pujança do agronegócio brasileiro. Excelência do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER.

O SR. PAULO FOLETO (Bloco/PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Maria do Rosário.

A bancada capixaba foi convidada para uma reunião hoje de manhã, na Confederação Nacional da Indústria, com a Federação das Indústrias do Espírito Santo — FINDES. E lá foi mostrado todo o desempenho da indústria capixaba e da indústria nacional.

O que a indústria do Espírito Santo representa, no PIB capixaba e nacional, está em torno de 23%, 24%. Já foi mais de 30%, chegou a 35%. É claro que houve um processo de desindustrialização da Nação brasileira nos últimos 30 anos. E uma missão que a bancada capixaba e o Congresso têm é a de colaborar para que a indústria possa recuperar o seu poder de empregabilidade, a qualidade do emprego na indústria. O emprego na indústria é um emprego bem mais qualificado que o emprego no setor de serviços ou na construção civil.

A FINDES nos convocou para ajudar, e a bancada está disposta a colaborar com o ensino profissional, a colocar aporte financeiro para que o ensino do SENAI dê mais contribuição para a formação e a qualificação da mão de obra no Estado do Espírito Santo.

Nós lembramos aos companheiros que estavam lá, representantes da indústria capixaba, que a reforma tributária enviada por este Governo ao Congresso, já votada aqui e que agora se encontra no Senado Federal, podendo sofrer alguns

ajustes para receber a contribuição dos Senadores, vai facilitar principalmente a vida da indústria nacional.

A cumulatividade de impostos com a qual a cadeia industrial sofre hoje é muito grande. Com a reforma tributária se consolidando, nós vamos diminuir essa cumulatividade, o que vai diminuir o Custo Brasil, o custo final do País, e, sem dúvida nenhuma, isso vai dar competitividade à indústria brasileira. Nós vamos reindustrializar esta Nação.

Nós temos, hoje, no agronegócio, uma potência mundial. O Brasil é o maior fornecedor de proteína animal do planeta, a nossa capacidade de produção e de exportação de grãos a cada ano está maior. A nossa safra de grãos, mesmo com as intempéries, cresce a cada ano, graças à tecnologia que a EMBRAPA desenvolve, que os nossos institutos de pesquisa estaduais desenvolvem; no caso do Espírito Santo, nós temos o INCAPER — Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, um excelente órgão de pesquisa e extensão rural. Então, o Brasil, que hoje é uma expressão no agronegócio, precisa recuperar a sua indústria. E a participação das bancadas estaduais nos ajudará nisso.

A reforma tributária, sem dúvida nenhuma, dará fôlego à indústria nacional. O País precisa se reindustrializar, principalmente na indústria tecnológica, de alto valor agregado, para que nós possamos qualificar o emprego e melhorar a condição de vida da nossa população.

Muito obrigado, Presidente Maria do Rosário.

Documento 17/17

144.2023

Sessão Ordinária - CD 17/08/2023-12:51

Publ.: DCD - 8/18/2023 - Heitor Schuch-PSB -RS

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Acerto da recriação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Criação pela Pasta de novo arcabouço industrial. Instalação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial - CNDI. Importância de redução da taxa básica de juros, a Taxa SELIC, e da realização de reformas estruturais para a implementação da nova política industrial brasileira. Desafio imposto à reindustrialização do País. Capacidade de diálogo, competência e liderança do Ministro Geraldo Alckmin.

DISCURSO NA ÍNTegra ENCaminhado PELO SR. DEPUTADO

HEITOR SCHUCH (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi muito feliz quando recriou o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O MDIC ressurge para conter a acelerada desindustrialização que, infelizmente, destrói empregos de qualidade, inibe a inovação tecnológica e eleva a desigualdade.

Em 1995, o Brasil representava 2,8% da produção industrial global; em 2021, apenas 1,3%. Segundo o índice de competitividade industrial, calculado pela Unido, o Brasil caiu da 26^a (em 1990) para 42^a posição (em 2020).

Analistas políticos já disseram que, enquanto o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se concentra nas reformas econômicas, o ministro Geraldo Alckmin está imbuído de uma missão tão ou mais relevante: a criação do que pode ser chamado de “novo arcabouço industrial” brasileiro.

O ministro Alckmin já instalou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e pretende até o fim do ano ter uma nova política industrial para o país. A neoindustrialização proposta por Alckmin não se trata apenas do soerguimento de um setor que já respondeu por 30% do PIB em meados dos anos 80 e hoje derrapa na casa dos 10% - por si só uma tarefa hercúlea. Alckmin pretende se creditar como uma espécie de “reinventor” da indústria no Brasil, dentro uma visão de futuro, da inovação e descarbonização.

O “novo arcabouço industrial”, ou neoindustrialização, deve perseguir e promover o desenvolvimento industrial do país. Trata-se, portanto, de uma missão de Estado em que a indústria articulará o econômico, o ambiental e o social dentro de um projeto único.

As estratégias, objetivos e metas cobrirão sete grandes áreas, a saber: agroindústria digital para erradicar a fome; complexo da saúde resiliente; infraestrutura; digitalização e descarbonização da indústria (transição energética e bioeconomia); tecnologias de defesa nacional (cibersegurança e micro e nanoeletrônica); e moradia e mobilidade urbana sustentável.

A redução da taxa SELIC mais as reformas estruturais em curso, como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária, são fundamentais para deflagrar a nova política industrial brasileira e colocar o país em novo patamar de desenvolvimento.

E a condução deste ousado e complexo projeto não poderia estar em melhores mãos, do que as mãos do vice-presidente da República. Afinal,



reindustrializar significa reconstruir a coesão necessária - entre setores produtivos, governo, parlamento, pesquisadores e sociedade, para melhor aproveitar nossos recursos humanos e naturais. Assim fazendo, reabilita-se, o planejamento de Estado, como ferramenta de coordenação de ações público-privadas, que vem sendo adotada especialmente por países de renda mais alta (como os do G20), notadamente os maiores usuários de política industrial.

A capacidade de diálogo e de liderança do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, são virtudes fundamentais para levar à frente tarefa tão importante para o futuro do Brasil. Quando a liderança da política industrial está nas mãos do vice-presidente da república, há um aumento das possibilidades de sucesso desta política pública. Isso ocorre por diversas razões:

Coerência e Coordenação: O vice-presidente pode proporcionar uma abordagem coesa e coordenada para a política industrial, alinhando-a com outras políticas macroeconômicas e setoriais.

Poder de Decisão: O vice-presidente possui o poder de tomar decisões políticas de alto nível, acelerando processos e resolvendo conflitos burocráticos que poderiam dificultar a implementação da política industrial.

Representatividade Internacional: O líder pode representar a política industrial em nível internacional, fortalecendo laços comerciais, atraindo investimentos estrangeiros e promovendo parcerias tecnológicas com outros países.

Apoio Político: A liderança do vice-presidente confere uma maior legitimidade à política industrial, facilitando a aprovação e implementação de medidas pelo Poder Legislativo e a obtenção de apoio de outros setores da sociedade.

Visão de Longo Prazo: O vice-presidente, por sua posição, pode estabelecer uma visão de longo prazo para a política industrial, permitindo a criação de estratégias de desenvolvimento sustentável e consistente ao longo do tempo de uma política industrial, tecnológica e de comércio exterior brasileira. Compreende todas as ações da administração direta e indireta da União voltadas para o desenvolvimento produtivo setorial, o progresso tecnológico, a capacidade inovadora, a industrialização e o crescimento dos serviços avançados e especializados.

Portanto, reindustrializar é um desafio enorme e complexo visando a elevação da participação da indústria no PIB nacional. Seu sucesso



depende da capacidade de liderança para a implantação da nova política industrial, além de medidas como:

- saneamento da estrutura tributária (que onera desproporcionalmente a indústria);
- de uma macroeconomia saudável (juro baixo e câmbio competitivo);
- do volume de financiamento (a atuação maciça do BNDES e da Caixa Econômica Federal);
- da capacidade de planejamento e coordenação (CNDI, MDIC e Casa Civil) e;
- da exigência (e cobrança) de contrapartidas do setor produtivo (Planejamento).

Muito obrigado.

Deputado Heitor Schuch (PSB/RS)